

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

RELATÓRIO

QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com competência em matéria cível.

JUIZ FEDERAL TITULAR: FIRLY NASCIMENTO FILHO

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: SÉRGIO BOCAUYVA TAVARES DE OLIVEIRA DIAS

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 23 a 27 de novembro de 2015, a correição ordinária eletrônica da Quinta Vara Federal do Rio de Janeiro (RJ).

Diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

- Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
- Dar o devido andamento aos processos de verificação obrigatória;
- Verificar e, se for o caso, retificar a situação dos réus presos vinculados ao mandado de segurança nº 0012077-57.2009.4.02.5101;
- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
- Regularizar a situação das petições pendentes de juntada, especialmente a petição de fevereiro de 2015, referente ao processo nº 00050600920054025101;

- Verificar os processos sob sigilo/segredo de justiça, uma vez que foram encontrados, na amostra analisada, processos sem ordem judicial determinando o sigilo;
- Regularizar a situação dos documentos relativos ao cumprimento de ordem;
- Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido;
- Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão.
- Classificar corretamente as sentenças, tendo em vista que o tipo de sentença registrada no sistema Apolo deve corresponder ao tipo lançado no corpo da sentença, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006.
- Evitar que o motivo de suspensão seja classificado como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro de suspensão do processo.
- Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.
- Promover o preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR.
- Promover o registro dos bens apreendidos/acautelados no sistema Apolo, observando o preenchimento de todos os campos, conforme dispõe o artigo 203 §§ 1º e 2º c/c o artigo 242, *caput*, ambos da CNCR. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros ao longo do tempo, nos moldes dos artigos 204 e 242, § 2º, da mesma Consolidação.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 1.258, de 21 de setembro de 2015, o Procurador da República Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representantes pela Procuradoria Regional da União da Segunda Região, pela Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tampouco pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da Segunda Região.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27 de maio de 2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Juiz Titular: Firly Nascimento Filho, em exercício desde 15 de junho de 2001 (Ato nº 211 da Presidência do TRF da Segunda Região).

. Juiz Substituto: Sérgio Bocayuva Tavares de Oliveira Dias, em exercício desde 09 de abril de 2014 (TRF2-ATP-2014/00125).

→ ORGANIZAÇÃO

Total de servidores previstos: 15

Total de servidores lotados: 11

Analistas Judiciários: 03

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

OBS: Há 01 (um) servidor requisitado com vínculo com o serviço público.

Estagiários: 04

Fonte: questionário pré-correição.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Junho/2014	Correição Novembro/2015
Total	2.867	3.182
Suspensos	446	494
Ag. julgamento recurso	223	306
Tramitação ajustada	2.198	2.382

Fonte: relatório da correição ordinária eletrônica realizada em 2013 e mapas - movimentação processual da 1ª instância/juizado especial federal, constantes do módulo secretaria, no relatório de estatística de processos distribuídos, do sistema Apolo.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (1º de novembro de 2014 até 31 de outubro de 2015): 5.653

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	3.769	66,67	29
Decisão	953	16,86	40
Sentença	931	16,47	67
Total Geral	5.653	100,00	37

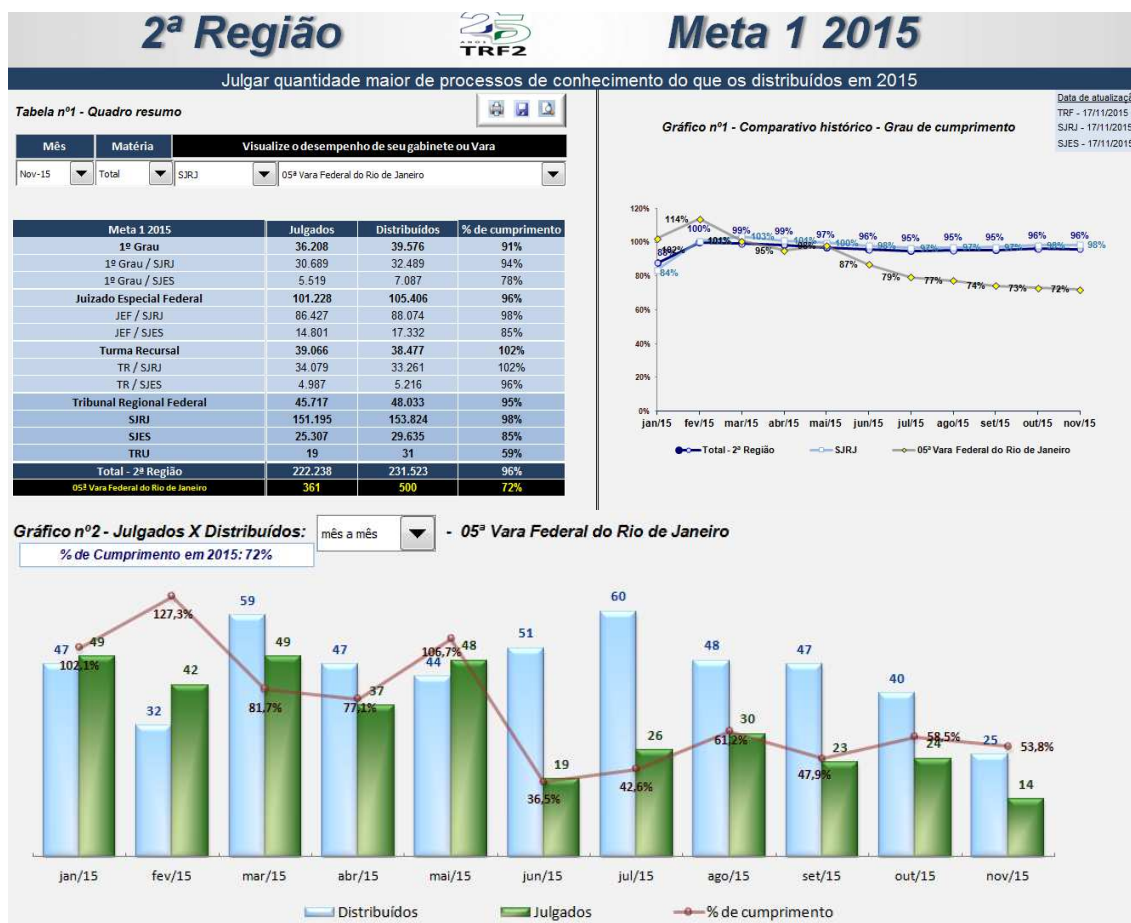
Fonte: mapa - planilha Apolo excel – intimados, extraído em 19/11/2015.

→ METAS DO CNJ
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 72%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, em 18/11/2015.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constan **49** processos pendentes de julgamento:

2ª Região



Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta%	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
Nov-15	100%	SJRJ	05ª Vara Federal do Rio de Janeiro			
						Data de atualização: TRF - 10/11/2015 SJRJ - 09/11/2015 SJES - 10/11/2015
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.220	66.186	3.359	69.545	4.675	94%
1º Grau / SJRJ	65.487	58.370	2.980	61.350	4.137	94%
1º Grau / SJES	8.733	7.816	379	8.195	538	94%
Juizado Especial Federal	96.279	93.979	1.682	95.661	618	99%
JEF / SJRJ	75.320	73.414	1.337	74.751	569	99%
JEF / SJES	20.959	20.565	345	20.910	49	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	132	23.691	8	100%
TR / RJ	19.650	19.628	19	19.647	3	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	12.703	10.222	2.067	12.289	414	97%
SJRJ	160.457	151.412	4.336	155.748	4.709	97%
SJES	33.741	32.312	837	33.149	592	98%
Total - 2ª Região	206.901	193.946	7.240	201.186	5.715	97%
05ª Vara Federal do Rio de Janeiro	906	832	25	857	49	95%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:



2ª Região



Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Dados referentes ao dia 10/11/2015

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015
Mês: Novembro
Vara: 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
1997	1	0	1
1998	0	1	1
2005	2	1	3
2006	1	1	2
2007	4	0	4
2008	3	0	3
2009	7	0	7
2010	10	10	20
Total geral	28	21	49

→ Autuados até 2010: 49 processos

Sem movimentação há mais de 100 dias: 21 processos

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00240699819984025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada em 28/09/1998. Em 10/11/2006, movimento de suspensão – aguardando julgamento de recurso. Reativação da suspensão, em 21/07/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 24/07/2015.**

00251997920054025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 02/12/2005. Em 14/11/2014, deferida vista ao BNDES pelo prazo de 120 dias. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 14/04/2015.**

00052599420064025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 28/03/2006. Despacho determinando a intimação da

União para manifestação, inclusive em réplica, com posterior vista aos requeridos, em 16/09/2014. Informação de Secretaria determinando a intimação dos requeridos, na forma do despacho anterior, em 06/03/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 20/03/2015.**

00250346120074025101 - processo físico. Trata-se de ação de embargos à execução (classe 12001), autuada em 25/09/2007. Despacho determinando a manifestação das partes sobre os cálculos elaborados pelo Contador Judicial, no prazo sucessivo de vinte dias, em 04/08/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 06/03/2015.**

00193320320084025101 – processo físico. Trata-se de ação de imissão na posse (classe 5019), autuada em 13/10/2008. Despacho determinando abertura de vista às partes, com o retorno posterior dos autos à conclusão, em 02/03/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho, desde 19/11/2015, com minuta no sistema.

00225495420084025101 – processo físico. Trata-se de ação de embargos à execução (classe 12001), autuada em 25/11/2008. Despacho deferindo a prova pericial e determinando a intimação das partes e do perito, em 13/01/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 09/06/2015.**

00197240620094025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/imóveis (classe 1004), autuada em 31/08/2009. Informação de Secretaria determinando abertura de vista às partes, em 20/02/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 25/06/2015.

00066290620094025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 24/03/2009. Decisão concedendo o prazo de dez dias para que a parte ré justifique a real necessidade de análise da documentação pelo perito, bem como a pertinência de seus quesitos, em 12/06/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 09/07/2015.**

00111210720104025101 – Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada em 13/07/2010. Laudo pericial, em 25/11/2013 (fls. 461/473). Despacho determinando vista às partes sobre a resposta do perito, em 18/12/2014 (fl. 492). Despacho afirmando que não há necessidade de esclarecimentos a serem prestados pelo perito e determinando a conclusão dos autos para sentença, em 27/02/2015. Agravo retido, em 18/03/2015 (fls. 503/508). Despacho determinando a vista dos autos ao agravado, em 27/03/2015 (fl. 509). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 29/05/2015.**

00085099620104025101 – Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 15/06/2010. **Segredo de justiça (sigilo**

de peças/sistema) anotado no sistema Apolo, sem que tenha sido localizada, salvo melhor juízo, a respectiva determinação. Despacho determinando remessa dos autos ao MPF, para que se manifeste acerca do resultado negativa da diligência de citação, em 21/07/2015 (fl. 737). Processo disponível para remessa ao MPF, em 24/11/2015.

Sem movimentação há menos de 100 dias: 28 processos

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00759289019974025101 – processo físico. Trata-se de ação de embargos à execução (classe 12001), autuada em 01/08/1997. Processo convertido em diligências, em 03/11/2014. Despacho determinando vista às partes, pelo prazo de dez dias, a começar pelo embargado, em 01/10/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 19/11/2015.

00262104620054025101 - processo físico. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 12/12/2005. Decisão determinando a apresentação de quesitos pela ré e pelo MPF, com posterior remessa ao perito para oferecimento de proposta de honorários, em 05/02/2015. Despacho determinando expedição de ofício, em 14/10/2015. Ofício expedido em 18/11/2015.

05116630720064025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 17/05/2006. Decisão determinando a intimação dos demais réus sobre pedido de homologação de acordo, em 17/03/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 24/08/2015.**

00292627920074025101 - processo físico. Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 19/11/2007. Decisão saneadora proferida em 21/10/2015. Disponível para o réu por motivo de recurso, em 18/11/2015.

00274977320074025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/ imóveis (classe 1004), autuada em 07/11/2007. Decisão determinando a intimação do réu para comprovar se formalizou acordo, em 03/07/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 30/09/2015.

00186089620084025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 30/09/2008. Sentença de procedência parcial, publicada em 26/11/2010. Autos remetidos ao E. TRF2 para julgar e processar recurso, em 10/03/2011.

00126408520084025101 - processo físico. Trata-se de ação de consignação de aluguel (classe 5012), autuada em 19/02/2008. Decisão deferindo a gratuidade de justiça postulada e determinando a intimação do perito, em 09/04/2015.

Informação de Secretaria determinando vista às partes, por dez dias, sucessivamente, em 11/11/2015.

00200341220094025101 – processo físico. Trata-se de ação de embargos à execução (classe 12001), autuada em 19/08/2009. Despacho determinando vista dos autos ao embargado, por cinco dias, em 10/09/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 27/10/2015.

00146489820094025101 - processo físico. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 18/06/2009. Suprida a omissão na decisão que julgou os embargos de declaração, a qual definiu o valor dos honorários periciais, mas deixou de indicar o responsável pelo pagamento, em 08/06/2015. Despacho determinando a remessa dos autos ao MPF, em 16/11/2015. Autos disponíveis para remessa ao MPF, em 25/11/2015.

00167419720104025101 - Trata-se de ação ordinária/imóveis (classe 1004), autuada em 09/09/2010. Processo convertido em diligência, determinando que o perito se manifeste sobre a impugnação ao laudo, em 08/05/2015 (fl. 497). O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 14/08/2015.

00071216120104025101 - processo físico. Trata-se de ação de embargos à execução (classe 12001), autuada em 07/05/2010. Decisão determinando a conclusão para sentença, diante da manifestação da embargada e do silêncio da embargante, em 29/07/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 07/08/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/11/2015 e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação: Existem **08** processos de improbidade administrativa, sendo 06 com última movimentação com menos de 100 dias e 02 com última movimentação há mais de 100 dias, como ilustra o gráfico a seguir:

2ª Região **Meta 4 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 17/11/2015
SJRJ - 17/11/2015
SJES - 17/11/2015

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara

Nov-15 | SJRJ | 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	221	160	29	189	32	86%	122%
SJRJ	549	94	91	185	364	34%	48%
SJES	132	28	24	52	80	39%	56%
Total - 2ª Região	902	282	144	426	476	47%	67%
05ª Vara Federal do Rio de Janeiro	9	1	0	1	8	11%	16%

Verifique o Acervo Meta4 pendente:

Acervo pendente TRF | Acervo pendente SJRJ | Acervo pendente SJES

2ª Região **Meta 4 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade.

Dados referentes ao dia 17/11/2015

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Novembro | Vara: 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2005	1	0	1
2009	1	0	1
2010	0	1	1
2011	3	1	4
2013	1	0	1
Total geral	6	2	8

Foram analisados os seguintes processos:

00085099620104025101 – já analisado na Meta 02

00136843720114025101 – Cautelar Inominada (classe 10008). Consta no sistema a anotação de sigilo de justiça (sigilo no sistema). Despacho determinando vista ao MPF, em 10/03/2015 (fl. 1400). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 23/07/2015, com minuta no sistema.**

00262104620054025101 – já analisado na Meta 02.

00146489820094025101 – já analisado na Meta 02

00014294720114025101 – Autuada em 07/02/2011. Consta no sistema o processo dependente nº 00015472320114025101. Decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 12ª Vara Federal chamando o feito à ordem e determinando a livre distribuição do feito, em 30/09/2015 (fl. 15.256). Ciência do MPF, em 14/10/2015. Termo de Retificação em 11/11/2015 (fl. 15.265). O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 12/11/2015.

00015472320114025101 – Autuada em 11/02/2011. Decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 12ª Vara Federal chamando o feito à ordem e determinando a livre distribuição do feito, em 30/09/2015. Ciência do MPF, em 22/10/2015. Termo de Retificação em 11/11/2015 (fl. 3787). O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 12/11/2015.

00136835220114025101 – Autuada em 16/09/2011. Processo com sigilo de justiça anotado no sistema Apolo (sigilo de peças). **O processo encontra-se atualmente concluso para despacho, desde 23/07/2015, com minuta no sistema.**

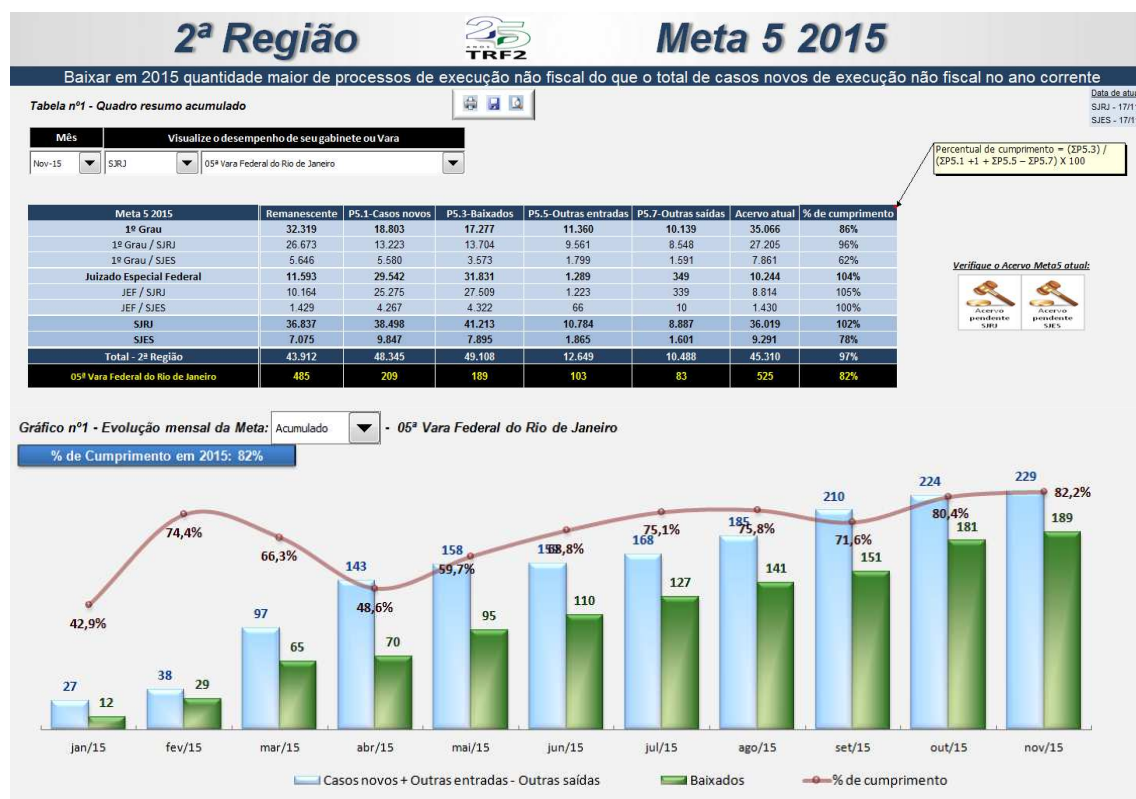
00146485920134025101 – Autuada em 31/08/2013. Processo com sigilo de justiça anotado no sistema Apolo (sigilo no sistema). Despacho determinando a citação da empresa ré na pessoa de seu representante legal, por carta precatória, em 18/11/2015 (fl. 2303). Disponível para remessa ao MPF, em 24/11/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/11/2015 e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

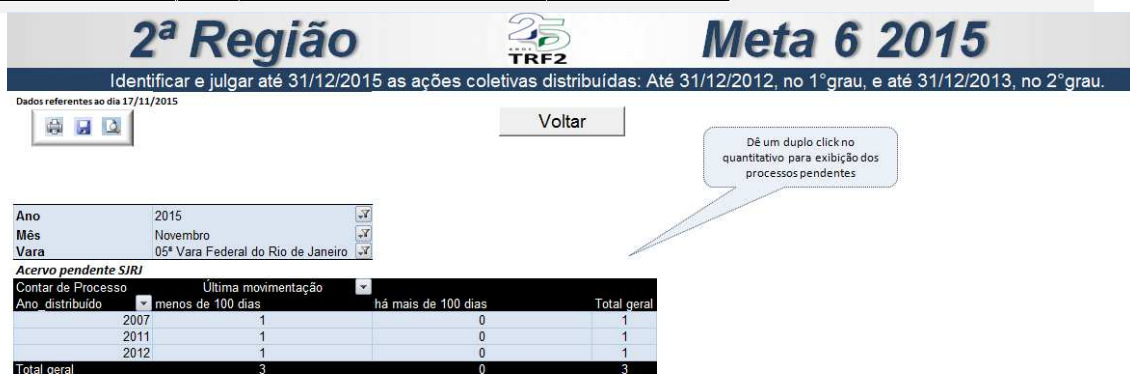
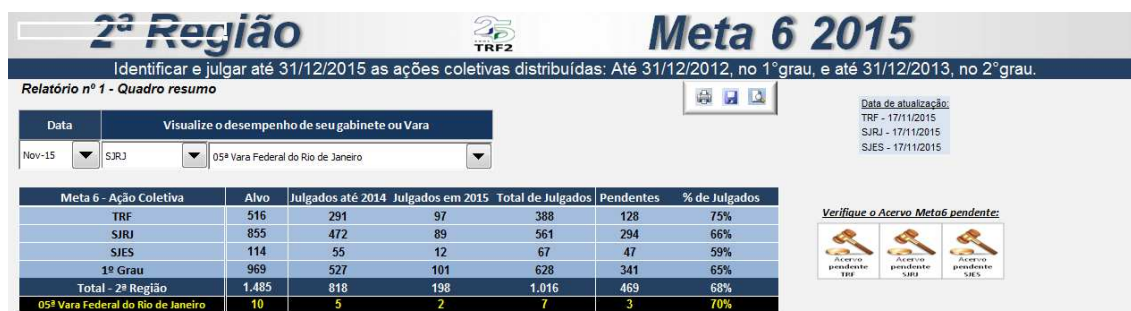
De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 86%**, como ilustra o gráfico a seguir:



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 70%**, conforme o gráfico a seguir:



Foram analisados os seguintes processos:

00292627920074025101 – processo analisado na Meta 02

00091375120114025101 – Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 04/07/2011. Despacho nomeando perita judicial especialista em Geologia, fixando os honorários e determinando a sua intimação, para indicação de hora e data para realização da perícia, em 29/10/2015 (fl. 1017). Certidão informando a desistência da perita do encargo, em 19/11/2015.

00492440620124025101 - Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 13/12/2012. Feito convertido em diligência em 23/06/2014, a fim de que o segundo réu seja citado (fl. 650). Decisão indeferindo o pedido de assistência, em 24/04/2015 (fl. 686). O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 29/09/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/11/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

→ **PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período de novembro de 2014 a outubro de 2015, emitidos em 18 de novembro de 2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Total: 05

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 05

Foram analisados os seguintes processos:

0012094-20.2014.4.02.5101 – Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros (classe 2002), autuado em 17/09/2014. Sentença de procedência, proferida em 07/01/2015 (fls. 438/440). Apelações apresentadas pelo Centro Nacional de Navegação Transatlântica - CNNT, em 29/01/2015 (fls. 658/671) e pela União Federal, em 12/02/2015 (fls. 1130/1170). Decisão indeferindo o pedido formulado pelo CNNT para ingresso no feito, em 20/04/2015 (fls. 1185/1186), tendo sido interposto agravo de instrumento (fls. 1191/1207). Despacho recebendo as apelações no efeito devolutivo e determinando a remessa dos autos ao E. TRF, em 14/10/2015 (fl. 1211).

0076121-75.2015.4.02.5101 – Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros (classe 2002), autuado em 13/07/2015. **Constam documentos sigilosos (fls. 21/33), sem que tenha sido localizada, salvo melhor juízo, a decretação de segredo de justiça (sigilo de peças).** Decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela, em 13/07/2015 (fls. 36/38). Despacho determinando a inclusão da União Federal no polo passivo, em 28/09/2015 (fl. 81). O processo encontra-se concluso para sentença desde 08/10/2015.

0103471-38.2015.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário (classe 2007), autuado em 21/08/2015. Decisão determinando a intimação da pessoa jurídica de direito público interessada, com posterior reflexão sobre o tema, para fins de concessão da medida liminar, em 11/09/2015 (fls. 131/132). Despacho proferido em 01/10/2015, para que seja incluída a União Federal no polo passivo, com fulcro no art. 7º, II da Lei nº 12.016/2009 (fl. 167). O processo encontra-se concluso para sentença desde 02/10/2015, com minuta no sistema.

0026153-76.2015.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário (classe 2007), autuado em 20/03/2015. Feito convertido em diligência, em 23/07/2015, a fim de que o impetrante seja intimado sobre fls. 153 e seguintes, no prazo de dez dias, com vista posterior ao MPF (fl. 206). O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 31/07/2015.

0004965-47.2003.4.02.5101 – processo físico. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário (classe 2007), autuado em 18/02/2003. Decisão indeferindo o requerimento de levantamento de depósitos judiciais e deferindo o requerimento de conversão de valores, em 15/10/2015. Disponível para remessa ao autor, por motivo de recurso, a partir de 27/10/2015.

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 01

Foi analisado o seguinte processo:

0506095-92.2015.4.02.5101 – Autuado em 14/09/2015. Decisão indeferindo o pedido liminar, em 29/09/2015 (fls. 467/468). Contestações da CEF, em 27/10/2015 (fls. 477/500) e da OSX Brasil S/A, da OSX Construção Naval S/A e da OSX Serviços Operacionais LTDA, em 18/11/2015 (fls. 736/842).

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009 e 6999):

Total: 25
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 24

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0008129-34.2014.4.02.5101 - Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 13/06/2014. Despacho determinando que o MPF emende a petição inicial, em 16/06/2014 (fl. 164). Decisão determinando a anotação do novo valor atribuído à causa, em 06/08/2014 (fl. 173). Despacho determinando nova diligência de citação do réu, em 11/05/2015 (fl. 192). Certidão atestando que o MPF foi intimado das certidões negativas, em 10/11/2015 (fl. 200).

0009137-51.2011.4.02.5101 – processo analisado na Meta 06.

0029262-79.2007.4.02.5101 – processo analisado na Meta 02.

0030239-61.2013.4.02.5101 - Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 15/10/2013. Decisão indeferindo o pedido de revogação da liminar (fl. 554), em 15/09/2014. Decisão determinando o cumprimento integral da decisão de fls. 150/151, com posterior vista ao MPF, em 10/12/2014 (fl. 569).

O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 07/04/2015.

0044615-86.2012.4.02.5101 - Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 21/09/2012. Sentença de procedência (tipo A), proferida em 09/10/2015. MPF exarou o ciente, em 27/10/2015 (fl. 646).

0102119-79.2014.4.02.5101 – Trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada em 03/02/2014. Decisão saneadora, em 05/06/2015 (fls. 203/205). O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 28/10/2015.

0003205-88.1988.4.02.5101 - processo físico. Trata-se de ação civil pública a classificar (classe 6999), autuada em 04/04/1988. Despacho determinando a reiteração de ofício, bem como a intimação do responsável legal, com posterior vista à União Federal, em 05/03/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 23/07/2015.

. AÇÃO DE USUCAPIÃO (Classe 5009):

Total: 09

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 09

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0003828-15.2012.4.02.5101 – Autuada em 22/03/2012. Sentença tipo C proferida em 19/11/2015 (fls. 132/133), **sem anotação da classificação do tipo no corpo do ato judicial.** Sentença publicada em 26/11/2015.

0004809-10.2013.4.02.5101 – Autuada em 21/02/2013. Sentença tipo C proferida em 31/08/2015 e publicada em 24/09/2015 (fls. 79/80). A União Federal exarou o ciente, em 16/09/2015 (fl. 82). **O processo encontra-se parado desde então.**

0007557-74.1997.4.02.5101 – processo físico, autuado em 08/04/1997. Despacho indeferindo a penhora *on-line* e suspendendo o processo por noventa dias, em 09/03/2015. **Não consta anotação de suspensão no sistema Apolo. O processo encontra-se atualmente concluso para decisão, desde 20/05/2015.**

0024807-61.2013.4.02.5101 – Autuada em 03/10/2013. Sentença tipo C proferida em 18/08/2015 (fls. 76/77). Certidão de trânsito em julgado, em 10/11/2015 (fl. 79). Baixa: Tipo – Baixa – Findo, em 10/11/2015.

0049000-77.2012.4.02.5101 – Autuada em 12/12/2012. Despacho determinando a inclusão de partes no polo passivo, bem como a intimação da União Federal para se manifestar em réplica, em 05/11/2014 (fl. 105). O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 10/11/2015.

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Total: 07

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 06

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0004403-33.2006.4.02.5101 – processo físico. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), autuada em 16/03/2006. Despacho determinando vista à União, em 09/11/2015. Autos remetidos à AGU, em 19/11/2015.

0006533-45.1996.4.02.5101 - processo físico. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), autuada em 03/05/1996. Despacho deferindo a dilação de prazo para manifestação, em 27/01/2015. Autos devolvidos pelo autor em 24/04/2015. **O feito encontra-se parado desde então.** Juntada automática, em 22/10/2015.

0490302-31.2006.4.02.5101 - processo físico. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), autuada em 28/12/2006. Sentença julgando extinta a execução, com fulcro no art. 794, I do CPC, em 02/07/2014. **Não consta a classificação do tipo no corpo da sentença, muito embora o ato judicial tenha sido cadastrado como B2 no sistema Apolo. Remessa dos autos para o MPF, em 18/05/2015, os quais ainda não foram devolvidos.**

0708903-19.1900.4.02.5101 - processo físico. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), autuada em 13/11/2015. Despacho deferindo a penhora *on-line* e determinando a expedição de ofício, em 11/05/2015. Informação de Secretaria determinando vista ao exequente, em 30/06/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 14/10/2015.

0012125-21.2006.4.02.5101 - processo físico. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), autuada em 23/06/2006. Sentença tipo C, proferida em 01/06/2012 (fls. 33/34). Despacho determinando a intimação dos

herdeiros para habilitação nos autos, com vista ao Município do Rio de Janeiro, em 05/11/2015 (fl. 40).

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 18/11/2015 e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

. DEMAIS PROCESSOS

0012077-57.2009.4.02.5101 – processo físico. Trata-se de mandado de segurança/servidor público (classe 2011), autuado em 28/05/2009. Segredo de justiça anotado no sistema (sigilo de peças). **Constam 4 réus presos**, conforme anotação no sistema Apolo e de acordo com o Mapa estatístico extraído do Excel – Réu Preso. Sentença de improcedência proferida em 05/11/2010. Despacho recebendo a apelação do impetrante no seu efeito devolutivo, em 02/12/2010. Processo remetido ao E. TRF2 para julgamento de recurso, em 26/04/2011.

0501283-85.2007.4.02.5101 – processo físico. Trata-se de Execução Fiscal (classe 3000), autuada em 01/03/2007. Despacho determinando a suspensão do feito por 90 dias, em 13/01/2015. Suspensão incluída no sistema, em 25/03/2015. Autos remetidos à PFN, em 16/11/2015.

0579799-71.1900.4.02.5101 – processo físico. Trata-se de Execução Fiscal (classe 3000), autuada em 02/09/1983. Informação de Secretaria afirmando que os autos foram desarquivados e se encontram disponíveis por 30 dias na Secretaria, em 24/07/2014. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 14/08/2015, com minuta no sistema.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao período de novembro/2014 a outubro/2015 e consultas ao Sistema Apolo, durante o período da correição.

➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/11/2014 A 31/10/2015) (Art. 35, I, CNCR)

Total: 55 audiências designadas e 66 audiências realizadas, sendo a primeira em 05/11/2014 e a última em 21/10/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e questionário pré-correição (item 3.2).

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não constam locais virtuais para as iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.11), diariamente, “*os supervisores analisam as iniciais e as prevenções*”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 23/11/2015, às 12:50h.

BALCÃO DE ENTRADA

Foram encontrados 70 documentos, sendo o mais antigo de 13/10/2015, referente ao processo nº 0049120-18.2015.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 23/11/2015, às 12:59.

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Não constam locais virtuais específicos para a verificação de prevenção.

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.11), diariamente, “*os supervisores analisam as iniciais e as prevenções*”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 23/11/2015, às 13:05.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	18/11/2015
Conclusão até	18/11/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	368	67,40
Decisão	140	25,64
Sentença	38	6,96
Total Geral	546	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00086273820114025101 – Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada em 22/06/2011. Laudos periciais em 13/06/2014 (fls. 115/116) e em 08/01/2015 (fls. 148/150). Despacho em 05/03/2015, determinando a intimação das partes para se manifestarem sobre a resposta da perita e sobre o laudo do perito (fl. 155). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 27/03/2015.**

00007116120134025107 – Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 18/11/2013. Em 25/11/2013, decisão deferindo em parte o pedido de antecipação de tutela (fls. 191/193). Despacho determinando a redistribuição do feito a uma das Varas Federais da Capital, diante da decisão proferida em exceção de incompetência, em 25/11/2014 (fl. 262). Termo de retificação, em 19/11/2014 (fl. 260). Despacho determinando a intimação das partes acerca da redistribuição do feito, em 26/11/2014 (fl. 265). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 10/02/2015.**

00018604720124025101 - Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada em 07/02/2012. Laudo pericial em 28/10/2014 (fls. 171/175). Informação de Secretaria determinando vista às partes sobre o laudo, em 31/10/2014 (fl. 178). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 19/02/2015.**

00312416620134025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005), autuada em 04/11/2013. Despacho determinando a intimação do autor em réplica, bem como a concessão de vista às partes para que se manifestem sobre as provas que pretendem produzir, em 08/09/2014 (fl. 144). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 04/02/2015, com minuta no sistema.**

00005438720074025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 18/01/2007. Despacho determinando a intimação da autora para manifestação, em 04/03/2015 (fl. 13). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 29/04/2015.**

00017979520074025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 05/02/2007. Despacho determinando a intimação da ré para pagamento em 15 dias, para fins do art. 475-J do CPC, bem como a expedição de mandado de penhora, em caso de esgotamento do prazo sem pagamento, em 26/05/2015. Despacho determinando vista ao impugnado, em 14/07/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 06/08/2015.**

00019407420134025101 - Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 23/01/2013. Em 18/11/2015, decisão determinando a manifestação da União Federal sobre fl. 1995 (fl. 1996). Disponível para remessa para a AGU, em 19/11/2015.

00116248620144025101 - Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 10/09/2014. Despacho determinando a intimação da autora para se manifestar sobre fls. 238/252, no prazo de dez dias (fl. 253). Em 09/04/2015, réplica apresentada pela autora (fls. 255/262). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 12/05/2015.**

00219149720134025101 – Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 05/09/2013. Despacho determinando a intimação da autora para réplica, com posterior vista à parte requerida para que se manifeste em provas, em 06/03/2015 (fl. 526). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 12/05/2015.**

00585344020154025101 - Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 03/06/2015. Despacho determinando que o autor regularize a inicial, em 05/06/2015 (fl. 28). Petição do autor, em 15/06/2015 (fls. 30/32). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 05/08/2015.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 23/11/2015.

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

Posição em	18/11/2015
Último Movimento até	18/11/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	64	33,51
Mais de 60	127	66,49
Total Geral	191	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

Entre 31 e 60 dias

00002762320044025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 12/01/2004. Autos desarquivados em 18/06/2013. Despacho determinando a expedição de novo ofício, para que se esclareça se a PREVI cessou as retenções relativas ao imposto de renda do autor, em 15/04/2014. Em 31/08/2015, despacho determinando a citação da ré para fins do art. 730 do CPC, bem como outras providências. Os autos do processo foram devolvidos pela PFN em 09/10/2015. **O processo encontra-se parado desde então.**

00053856620144025101 - Trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 28/04/2014. Acórdão proferido pelo E. TRF2 em 04/08/2015 e transitado em julgado em 14/10/2015. Autos devolvidos à Vara de origem, em 15/10/2015. **O processo encontra-se parado desde então.**

00111306620104025101 - Trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 01/07/2010. Despacho determinando nova expedição de ofício à CEF para prestar esclarecimentos, em 23/07/2015 (fl. 240). Certidão positiva, atestando a entrega do ofício à CEF, em 30/09/2015 (fls. 243/246). **O processo encontra-se parado desde então.**

00256361919884025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada em 24/10/1988. Despacho esclarecendo que é ônus da parte trazer os cálculos que entender corretos, em 19/08/2014. Informação de Secretaria determinando a intimação do perito para propositura de honorários, em 19/06/2015. Informação de Secretaria determinando a intimação das partes sobre a proposta de honorários, em 24/07/2015. O processo encontra-se atualmente conclusivo, desde 19/11/2015.

00270605719924025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada em 13/05/1992. Despacho determinando a expedição de nova carta precatória, a fim de que se realize a penhora de tantos bens quanto necessários ao pagamento do crédito, em 26/08/2015. Carta Precatória expedida em 17/09/2015 e enviada através de malote digital, em 21/09/2015. **O processo encontra-se parado desde então.**

Mais de 60 dias

00101148720044025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 02/06/2004. Despacho determinando abertura de vista às partes, sucessivamente, a começar pelo exequente, por dez dias, em 26/06/2015. Processo disponível para o autor, a contar de 17/07/2015, não recebido em 06/08/2015. **O processo encontra-se parado desde então.**

00180814220114025101 - Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 24/11/2011. Despacho determinando a manifestação do patrono do

autor acerca de honorários contratuais, bem como a expedição de RPV, com posterior vista às partes, em 29/05/2015 (fl. 131). Formulário de precatório, em 05/06/2015 (fl. 133). Petição do autor, em 17/06/2015 (fls. 134/136). **O processo encontra-se parado desde então.**

00190192320004025101 - processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 07/08/2000. Despacho determinando vista ao INSS, com posterior retorno dos autos à conclusão para sentença de homologação da renúncia, em 04/09/2014. O processo encontra-se concluso para despacho desde 19/11/2015, com minuta no sistema.

00206992820094025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 09/09/2009. Despacho determinando vista às partes, em 08/04/2014. O processo encontra-se concluso para sentença desde 19/11/2015, com minuta no sistema.

00234280320044025101 – processo físico. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001), autuada em 14/12/2004. Em 31/08/2015, despacho determinando a citação da ré para fins do art. 730 do CPC, bem como outras providências, em 09/06/2015. Em 24/11/2015, processo suspenso para cumprimento de precatório/RPV.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 23/11/2015.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS) (Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada em 19/11/2015, constam **26** documentos, sendo o mais antigo de fevereiro de 2015, referente ao processo nº 00050600920054025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 19/11/2015.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existe o seguinte local virtual para controle de prazo:

- PRAZO – Constam 516 documentos, sendo o mais antigo de 01/09/2015, referente ao processo nº 0061487-74.2015.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 23/11/2015, às 14:02.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram encontrados os seguintes locais virtuais:

- PRECATORIO/RPV ENCIADO AG PAGAM SENT EXTINÇÃO: constam 07 documentos, **sendo o mais antigo de 23/09/2014, referente ao processo nº 0044451-24.2012.4.02.5101;**

- MANDADOS PARA JUNTAR: constam 08 documentos, **sendo o mais antigo de 13/11/2012, referente ao processo nº 0020907-85.2004.4.02.5101;**

- OFÍCIOS PARA JUNTAR: constam 03 documentos, **sendo o mais antigo de 02/08/2012, referente ao processo nº 0123080-47.1991.4.02.5101.**

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 23/11/2015, às 14:09.
--

1. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	19/11/2015
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	16
Documento	24
Total Geral	40

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00085099620104025101: regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema e de peças), **não tendo sido localizada, salvo melhor juízo, a ordem judicial respectiva.**

00123142320114025101: regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema), bem como a ordem judicial respectiva, em 01/09/2011 (fls. 39/40).

00136835220114025101: regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva, em 02/07/2014 (fl. 7367).

00136843720114025101: regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema), **não tendo sido localizada, salvo melhor juízo, a ordem judicial respectiva.**

00321077920104025101: regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva, em 19/10/2015 (fl. 189).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 23/11/2015.

2. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	11/2014 a 10/2015
	Processos	4.763
	Boletins	442
	Média (Proc. / Bol.)	10,78
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	11,39

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 19/11/2015.

PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **153** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os seguintes:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0012411-58.1990.4.02.5101	Autor	09/07/1991	15/07/1991	8892
0107636- 71.1991.4.02.5101	Autor	24/10/1991	29/10/1991	8786
0113720-88.1991.4.02.5101	Autor	24/10/1991	29/10/1991	8786
0114018-80.1991.4.02.5101	Autor	25/10/1991	01/11/1991	8783
0114625-93.1991.4.02.5101	Autor	30/10/1991	04/11/1991	8780

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 10/06/2015, vencidos e não devolvidos até 18/11/2015, e consultas ao Apolo em 23/11/2015.

SUSPENSÃO DE PROCESSOS (artigos 228, 267 e 269 da CNCR e Lei nº 9.099/95)

-Total de processos suspensos: 812 (posição em 19 de novembro de 2015).

1.Outras classes (que não execução fiscal)

1.1.Motivo da suspensão:

- Aguarda decisão de instância superior: 167
- Artigo 40, § 2º, da LEF (arquivamento sem baixa): 18
- Cumprimento precatório/RPV: 74
- Embargos à Execução: 230
- Outras suspensões/processo de conhecimento: 35
- Outras suspensões/processo de execução: 10
- Outros/fase de conhecimento: 57
- Outros/fase/processo de execução: 43
- Parcelamento: 09
- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e § 1º): 137
- Suspenso - cumprimento precatório: 11
- Suspenso - aguardando julgamento de recurso: 05
- Vazias: 16

Foram analisados os seguintes processos, cujos motivos de suspensão estavam classificados como "vazias":

00150623320084025101- movimento de suspensão registrado em 16 de setembro de 2009 - campo 'motivo' não preenchido.

00070582220064025151- movimento de suspensão registrado em 10 de julho de 2009 - campo 'motivo' não preenchido.

00062926120024025101- movimento de suspensão registrado em 13 de agosto de 2004 - campo 'motivo' não preenchido.

00085601520074025101- movimento de suspensão registrado em 20 de fevereiro de 2008 - campo 'motivo' não preenchido.

00070582220064025151 movimento de suspensão registrado em 11 de julho de 2009 - campo 'motivo' não preenchido.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos suspensos, incluídos na classe 'execução fiscal':

00116213420144025101 - movimento de suspensão registrado no sistema Apolo em 22 de maio de 2015 - há determinação de suspensão no despacho exarado em 11 de setembro de 2014 (fls. 57/58).

00491895520124025101 - movimento de suspensão registrado no sistema Apolo em 10 de fevereiro de 2015 - não foi localizada decisão determinando a suspensão.

00096002720104025101 - movimento de suspensão registrado no sistema Apolo em 11 de maio de 2011 - não foi localizada decisão determinando a suspensão.

00005339620144025101 - movimento de suspensão registrado no sistema Apolo em 10 de setembro de 2014 - há determinação de suspensão no despacho exarado em 07 de março de 2014 (fl. 65).

00001871420154025101 - movimento de suspensão registrado no sistema Apolo em 28 de maio de 2015 - há determinação de suspensão no despacho exarado em 14 de janeiro de 2015 (fls. 157/158).

Fonte: mapa - planilha Apolo Excel – suspensos e consulta ao sistema Apolo – módulo secretaria
--

→ SENTENÇAS
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 931

a. Convertidas em diligência: 47

b. Determina intimação: 03

c. Embargos de declaração: 15

d. Resolução de mérito: 171

Conciliação/transação homologada: 03

Extinção da execução: 15

Pedido improcedente: 49

Pedido procedente: 78

Pedido procedente em parte: 24

Renúncia ao direito em que se funda a ação: 02

e. Sem resolução de mérito: 77

f. Vazias: 618

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, cujas sentenças estavam classificadas como 'vazias' na planilha Apolo excel-intimidados:

00235260220154025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 15 de maio de 2015.

01296204220134025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 14 de novembro de 2014.

00087806620144025101- campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 30 de março de 2014.

00167419720104025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 14 de agosto de 2015.

00092812520114025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 14 de agosto de 2014.

00332386520124025151 campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 16 de julho de 2015.

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente a maioria das sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução CJF nº 535/2006 e dos artigos 219 a 221 da CNCR (Provimento nº 11/2011).

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

.Regulares:

0024716-68.2013.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 11 de setembro de 2014) e no corpo da sentença (fl. 148).

0019725-20.2011.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 23 de janeiro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 66).

0000522-67.2014.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 29 de outubro de 2014) e no corpo da sentença (fl. 1.023).

0000794-61.2014.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 16 de abril de 2015) e no corpo da sentença (fl. 499).

0002827-58.2013.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 26 de janeiro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 55).

2. Sentenças tipo B-1 (homologatória de acordo):

.Regulares:

0013027-90.2014.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 14 de abril de 2015) e no corpo da sentença (fl. 61).

0109163-86.2013.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 12 de junho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 153).

0003944-50.2014.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 11 de maio de 2015) e no corpo da sentença (fl. 86).

0005102-14.2012.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 24 de março de 2015) e no corpo da sentença (fl. 114).

.Irregulares:

0009638-97.2014.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 17 de junho de 2015); não há registro no corpo da sentença (fl. 68).

0013984-04.2008.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 26 de junho de 2015); não há registro no corpo da sentença (fl. 18).

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

.Regulares:

0001895-66.1996.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 17 de dezembro de 2014) e no corpo da sentença (fl. 09).

0006467-06.2012.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 17 de fevereiro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 74).

0008153-28.2015.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 13 de março de 2015) e no corpo da sentença (fl. 72).

0155689-77.2014.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 05 de novembro de 2014) e no corpo da sentença (fl. 242).

0001169-62.2014.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 23 de março de 2015) e no corpo da sentença (fl. 78).

.Irregulares:

0007556-30.2013.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 02 de junho de 2015); não há registro no corpo da sentença (fl. 57).

0003920-71.2004.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 23 de junho de 2015); no corpo da sentença registrado tipo A (fl. 15).

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

.Regulares:

0115227-44.2015.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 11 de setembro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 169).

0135425-39.2014.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 15 de junho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 156).

0005796-32.2002.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 22 de outubro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 06).

0004272-77.2014.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 14 de agosto de 2015) e no corpo da sentença (fl. 418).

.Irregulares:

0136559-04.2014.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 09 de fevereiro de 2015); não há registro no corpo da sentença (fl. 114).

Fonte: planilha Apolo excel – intimados e sistema Apolo – módulo secretaria - consultas - processos.

➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição, a conclusão para sentença se faz ao término da fase instrutória, na ordem cronológica, dando-se preferência aos processos de meta fixados pelo CNJ e os de prioridade legal de tramitação (item 3.3.2, à fl. 05).

➔ **LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

De acordo com entrevista pessoal com a Diretora de Secretaria, em 24 de novembro de 2015, a Secretaria registra o movimento 'conclusão para sentença' no sistema Apolo e encaminha os processos eletronicamente ao Gabinete.

Há duas pastas eletrônicas no Gabinete que recebem os processos de acordo com o seu final (par ou ímpar). São acessadas pelos quatro servidores, que atendem aos juízes em dupla.

Os processos físicos ficam localizados na Secretaria, pois todos estão em fase de execução e não são encaminhados ao Gabinete.

Fonte: questionário pré-correição.

➔ **EXECUÇÃO** (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	720	720
		Natureza Executória	70	70
	Registro Sentença Antiga	Não Informada	17	17
		Natureza Executória	1	1
	Total		808	808

Fonte: portal de estatísticas da 2ª Região – acervo SJRJ.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015): (Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 255
- b. Eletrônicos: 149
- c. Total de requisições: 404
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.622 dias.

- RPV's: 286

- . Cadastrados: 99
- . Conferidos: 04
- . Enviados: 183

- Precatórios (Parcela única): 118

- . Cadastrados: 07
- . Conferidos: 01
- . Enviados: 110

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 19/11/2015.

➔ GRANDES DÉBITOS (Arts. 272 e 273 da CNCR)

O órgão correicionado informou não haver execuções fiscais de grandes devedores no acervo.

Fonte: questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

**→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)**

De acordo com o questionário pré-correição, entre dezembro de 2014 e novembro de 2015, houve 85 protocolizações, 127 réus executados, 21 pedidos de informação e 22 pessoas pesquisadas.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

**→ LEILÕES
(Arts. 270 A 290 da CNCR)**

Não foram realizados leilões no período.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Total: há 09 itens constritos.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

0022146-85.2008.4.02.5101

.sistema Apolo - campo 'Exeqüente' e 'Executado' preenchido com "*SANDRA REGINA DA MOTTA MANCIO*" (a 'Exeqüente' é Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro) - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Apartamento*" (o mais adequado é 'bem imóvel') - campo 'Quantidade' ausente (01) - campo 'Local' ausente (Rua Dezoito de Outubro, nº 328, bloco B, apto 207, Tijuca, Rio de Janeiro).

.andamento processual - auto de penhora e depósito à fl. 10 (não foi nomeado depositário) - laudo de avaliação à fl. 11.

0007877-51.2002.4.02.5101

.sistema Apolo - campo 'Exeqüente' e 'Executado' preenchido com "*CAIXA ECONÔMICA FEDERAL*" (o 'Exeqüente' é Antônio Luiz Câmara Gonçalves Carvalho) - campo 'Valor do Débito' preenchido com "*R\$ 13.000,00*" (o valor do débito é de R\$ 22.000,00, conforme fl. 01) - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Bem Semovente*" (o tipo de bem penhorado foi dinheiro, conforme fl. 05, que é bem móvel) - campo 'Quantidade' não preenchido (o mais adequado é '01') - campo 'Local' preenchido com "*cef*" (o mais adequado é indicar o nome da agência da CEF onde se localiza a conta vinculada, conforme fl. 04, ou o

endereço do depositário, conforme fl. 05) - não há anotação sobre o destino dado ao bem constrito.

.andamento processual - auto de penhora e depósito à fl. 05 - execução julgada extinta, tendo em vista a satisfação da obrigação de pagar pela CEF.

0007240-76.1997.4.02.5101

.sistema Apolo - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Prédio*" (o mais adequado é 'imóvel') - campo 'Valor do Bem' não preenchido (laudo de avaliação indica o valor de R\$ 2.676.913,71, à fl. 17) - campo 'Quantidade' não preenchido (01) - campo 'Local' preenchido com "*PENHA*" (o local do bem é Rua Conde de Agrolongo, nº 145, Penha, Rio de Janeiro, conforme fl. 07) - campo 'Data da Penhora' preenchido com "*17/05/2012*" (a penhora foi efetuado em 08 de maio de 2012, conforme fl. 16) - campo 'Valor do Débito' preenchido com "*R\$ 1.203.523,57*" (o valor do débito é de R\$ 226.114,96, conforme fls. 04 e 16)

.andamento processual - auto de penhora e depósito à fl. 16 - laudo de avaliação à fl. 17 - determinado o levantamento da penhora no despacho de fl. 22, em 08 de agosto de 2013 (houve substituição do bem penhora, a teor do mandado de levantamento de penhora de fl. 26, no qual foi transcrito parte do despacho de fl. 541).

OBS.: Nos mesmos autos, houve a penhora de 02 (dois) bens imóveis em 22 de julho de 2014, a teor do auto de penhora e depósito de fl. 31 e do laudo de avaliação de fls. 32/33. Todavia, não há o correspondente registro no sistema Apolo.

0023749-53.1995.4.02.5101

.sistema Apolo - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Bem Semovente*" (o tipo de bem penhorado foi dinheiro, conforme fl. 05, que é bem móvel) - campo 'Quantidade' não preenchido (o mais adequado é '01') - campo 'Local' preenchido com "*CEF*" (o mais adequado é indicar o nome da agência da CEF onde se localiza a conta vinculada, conforme fl. 04, ou o endereço do depositário, também conforme fl. 04) - não há anotação sobre o destino dado ao bem constrito.

.andamento processual - auto de penhora e depósito à fl. 04.

Observa-se que o sistema Apolo não foi abastecido com todos os dados necessários quando do registro das constrições, o que gera diversos campos em branco quanto da extração do relatório 'consulta de bens penhorados'. Nessa linha, cabe ressaltar a necessidade do correto preenchimento dos campos do sistema Apolo, de acordo com as peças dos autos.

Os registros também não sofreram atualização progressiva, conforme recomenda o artigo 357, parágrafo único, da CNCR, por exemplo, nos

casos em que houve o levantamento do dinheiro penhorado em conta vinculada na CEF.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.4.2.g. Sistema Apolo – módulo secretaria – consultas - bens penhorados.

➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Total: há 36 itens apreendidos/acautelados.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00388685320154025101

.ação civil pública - improbidade administrativa.
.material apreendido/acautelado: CD.
.sistema Apolo: campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro', 'Fls Livro', 'Remessa', 'Baixa', 'Documento' e 'Destino' não preenchidos.
.andamento processual: requerimento do MPF para a juntada de mídia digital à fl. 11 - certificado o acautelamento da mídia digital à fl. 12 - último movimento registrado em 18 de novembro de 2015, descrito como: "*Remessa, Carga Para Ministério Público por motivo de Manifestação*".

01448578220144025101

.ação ordinária.
.material apreendido/acautelado: carta de fiança bancária.
.sistema Apolo: campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro', 'Fls Livro', 'Remessa', 'Baixa', 'Documento' e 'Destino' não preenchidos.
.andamento processual: carta de fiança bancária n.º GBNF-00551/14, emitida pelo banco BNP Paribas em 23 de setembro de 2014 (fls. 300/301) - certificado o acautelamento à fl. 315 - último movimento registrado em 06 de novembro de 2015, descrito como: "*Juntada*" (da petição n.º 2015.3000.946117-1).

01613746520144025101

.ação ordinária.
.material apreendido/acautelado: CD.
.sistema Apolo: campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro', 'Fls Livro', 'Remessa', 'Baixa', 'Documento' e 'Destino' não preenchidos.
.andamento processual: certificado o acautelamento à fl. 143 - último movimento registrado em 13 de novembro de 2015, descrito como: "*Juntada*" (da petição n.º 2015.3000.958462-1).

00136895420144025101

.ação civil pública - improbidade administrativa.

.material apreendido/acautelado: CD.

.sistema Apolo: campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro', 'Fls Livro', 'Remessa', 'Baixa', 'Documento' e 'Destino' não preenchidos.

.andamento processual: certificado o acautelamento à fl. 182 - último movimento registrado em 17 de novembro de 2015, descrito como: "*Movimentação Cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado*".

00249963920134025101

.ação ordinária.

.sistema Apolo: campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro', 'Fls Livro', 'Remessa', 'Baixa', 'Documento' e 'Destino' não preenchidos.

.andamento processual: certificado o acautelamento à fl. 425 - último movimento registrado em 17 de novembro de 2015, descrito como: "*Movimentação Cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado*".

Nos processos analisados, salvo melhor juízo, não foram encontrados a decisão judicial determinando o acautelamento, bem como o termo de acautelamento, contrariando o disposto no artigo 203, *caput*, da CNCR.

Observa-se, ainda, que o sistema Apolo não foi abastecido com todos os dados necessários quando do registro das apreensões/acautelamentos, o que gera diversos campos em branco quanto da extração do 'relatório de material apreendido/acautelado'. Nessa linha, cabe ressaltar a necessidade do correto preenchimento dos campos do sistema Apolo, de acordo com as peças dos autos.

Quanto ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA, não foram encontrados registros efetuados pelo órgão correicionado.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS **(Art. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o relatório de inspeção anual, "*Os livros e pastas obrigatórios foram feitos até o ano de 2013, em ordem, com exceção dos livros de sentença, audiência, decisões, alvarás, por serem eletrônicas, e de remessa ao Arquivo Geral, remessa ao TRF, pastas de ofícios recebidos e correios, acauteladas na Vara.*" (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/03755, à fl. 02). "*Quanto aos livros e pastas obrigatórios, móveis e utensílios, equipamentos de informática e organização geral da Vara: os artigos 138 e 139, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da 2.ª Região, respectivamente, elencam os livros e pastas obrigatórios, que, nesta Vara estão devidamente organizadas e numeradas, possibilitando fácil acesso a consultas.*" (fl. 03).

No questionário pré-correição foi informado que "*Excetuando o Livro de Ponto, todos os livros e pastas de uso obrigatório estão regulares, aqueles previstos no art. 148 da CNCR. O Livro de Ponto foi regularizado.*" (item 5, à fl. 10).

Fonte: questionário pré-correição e relatório de inspeção anual.

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário pré-correição.

Fonte: Questionário pré-correição (item 4)

METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição (item 6.12, à fl. 16) e entrevista pessoal com a Diretora de Secretaria, em 24 de novembro de 2015, o órgão correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

- .Em três meses: revisar as prioridades relativas às ações de verificação obrigatória;
- .Em seis meses: dar andamento ao processamento de todo o acervo da vara;
- .Em um ano: incrementar a quantidade de sentenças prolatadas.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Ana Beatriz Fonseca de Mello - matrícula nº 15.658
Taíssa Souza Medeiros - matrícula nº 15.567